

Governo descarta abertura dos hospitais à entrada de capital estrangeiro

por Eliane Cantanhêde
de Brasília

O governo está confluindo para uma forma intermediária de quebra da reserva de mercado no setor saúde: abrir os seguros-saúde ao capital estrangeiro, deixando de fora os hospitais. Pelo menos numa primeira etapa da abertura.

Essa forma foi debatida em reunião do presidente Fernando Henrique Cardoso com os ministros da Saúde, Adib Jatene, da Previdência Social, Reinhold Stephanes, e do Gabinete Civil, Clóvis Carvalho, anteontem à noite, no Palácio do Planalto. Consultados, os ministros da área econômica concordaram.

A abertura do setor ao capital estrangeiro depende de emenda constitucional modificando o artigo 199 da atual Carta. Essa emenda, que ficou de fora da reforma da Previdência, será enviada à parte ao Congresso Nacional, dentro do contexto da revisão global do financiamento da saúde.

O ministro do Planejamento, José Serra, disse anteontem à noite, durante o programa "Roda Viva", da TV Cultura, que nem ele nem o próprio presidente da República têm restrição à entrada do capital estrangeiro na área de saúde. Ele também está convencido de que a aprovação pelo Congresso não será difícil, "porque se trata de um processo natural".

A abertura também dos



José Serra

bancos ao capital estrangeiro será viabilizada por um decreto presidencial, já que uma brecha no artigo 52 das Disposições Transitórias da Constituição dispensa emenda constitucional corretiva. Esse decreto, que já está alinhavado, estabelecerá que o capital internacional entrará em bancos oficiais, federais ou estaduais, mas com uma salvaguarda: o processo será estudado caso a caso, e diretamente pelo presidente da República.

A quebra da reserva de mercado, tanto na saúde quanto no setor de bancos, foi praticamente uma exigência do Congresso Nacional, como contrapartida à aprovação do fim dos monopólios estatais em áreas emblemáticas como o petróleo. O governo cedeu, mas se esforça em dizer que há muito já vinha analisando a questão, independentemente da pressão do Congresso.

Países debatem a droga

Será realizada, entre os dias 7 e 10 de março, na Cidade do Panamá, a 17ª reunião da Comissão Interamericana para Controle do Abuso de Drogas (CICAD).

Uma das intenções é estabelecer um sistema de informação com a criação de um

banco interamericano de dados sobre drogas, segundo o presidente do Conselho Federal de Entorpecentes (Confen), Luiz Matias Flach. A CICAD foi criada em 1986 e tem sede em Washington. É formada por 28 países-membros.